

Coordenadora
Juliana Batistela Guimarães de Alencar

VIII ENPEJUD:
Sobrecarga no Direito e excesso de
demandas no Judiciário: o problema
ético e as dificuldades com a resolução
de conflitos no Brasil – causas e
alternativas

Maceió-AL
ESMAL
2024

Rua Cônego Machado 1061, Farol, Maceió -Alagoas – Brasil
CEP 57021-160

Tel. (082) 2126 – 5363/5399
Home Page: www.esmal.tjal.jus.br

Catálogo na fonte
Mirian Ferreira Alves – CRB-4: 2.131

Normalização:
Leandra Graziela Pereira da Silva– Estagiária
Josilene Tavares da Silva – Estagiária

Editoração e diagramação:
Mirian Ferreira Alves

Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD (8.2024: Maceió, AL).

VIII Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD: Sobrecarga no Direito e excesso de demandas no Judiciário: o problema ético e as dificuldades com a resolução de conflitos no Brasil – causas e alternativas: anais [recurso eletrônico]. Juliana Batistela Guimarães de Alencar (Coord.). Maceió, AL: Escola Superior da Magistratura de Alagoas, ESMAL, 2024.

Tema: Sobrecarga no Direito e excesso de demandas no Judiciário: o problema ético e as dificuldades com a resolução de conflitos no Brasil – causas e alternativas

1. Direito – Pesquisa. 2. Direito – Encontros. I. Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD (8. : 2024: Maceió, AL)

CDD: 340.08



DIRETOR-GERAL

Desa. Elisabeth Carvalho Nascimento

COORDENADOR GERAL DE CURSOS

Juiz Alberto Jorge Correia de Barros Lima

COORDENADORA DE CURSOS PARA SERVIDORES

Juiz Helestron Costa

COORDENADORA DE CURSOS PARA MAGISTRADOS

Juiz André Luis Parízio Maia Paiva

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS

Juíza Carolina Sampaio Valões da Rocha Coelho

COORDENADOR DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA

Juíza Juliana Batistela Guimarães de Alencar

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Camila Barros dos Santos

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rafael Ribeiro de Albuquerque

COORDENADORA DO VIII ENPEJUD

Juíza Juliana Batistela Guimarães de Alencar

AVALIADORES DO VIII ENPEJUD

Anderson Santos dos Passos

André Luís Parízio Maia Paiva

Carolina Sampaio Valões da Rocha

Denarcy Souza e Silva Júnior

Joyce Araújo Florentino

Lívia Maria Mattos Melo Lima

Marizângela Melo Vasconcelos

Nathália de Lima Catão

Thiago Chacon

Vinícius Garcia Modesto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Juliana Batistela Guimarães de Alencar	06
--	----

GRUPO 1: HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO ELEITORAL

OS OBSTÁCULOS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL NO TOCANTE ÀS QUESTÕES DE IDENTIDADE DE GÊNERO: ANALISANDO O JULGAMENTO DA ADI 4.275-DF SOB O PRISMA CONSTITUCIONAL, ÉTICO E SÓCIO FILOSÓFICO

Lana Lisiêr de Lima Palmeira	
Matheus Moura Ferreira	08

A MATRIX NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E ALTERNATIVAS

Elenita Araújo e Silva Neta	
Hugo Augusto Araújo Silva	26

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: ANÁLISE DOS PROCESSOS MOVIDOS NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS EM MACEIÓ E PROPOSTAS PARA A SUA REDUÇÃO EM COOPERAÇÃO COM O NIJUS-NÚCLEO INTERINSTITUCIONAL DE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE DE MACEIÓ

Fernanda Karoline Oliveira Calixto	
Tuiane Pereira da Rocha Silveira	
Sonia Maria Leandro de Lima	49

DISPOSITIVOS LEGAIS NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE KARAPOTÓ TERRA NOVA

Darlla Vicente da Silva	
Sandro Henrique Calheiros Lobo	
Fabiano Lucio de Almeida Silva	63

**A SOBRECARGA DO DIREITO E A EXCESSIVA JUDICIALIZAÇÃO DE
DEMANDAS SOBRE CONCURSOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS
PARA AÇÕES JUDICIAIS DE CANDIDATOS APROVADOS FORA DAS VAGAS
DO EDITAL DO CONCURSO – TEMA DE N.º 683 DO STF**

Nayanne Lays de Oliveira Lima 79

**O ESTADO À SOMBRA DOS ALTARES: LAICIDADE E INFLUÊNCIA RELIGIOSA
NA POLÍTICA BRASILEIRA**

Orlando Rocha Filho 98

**A HIPERJUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE SEGURIDADE SOCIAL NO
BRASIL: O CONTÍNUO AUMENTO DAS DEMANDAS PREVIDENCIÁRIAS NO
ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL FRENTE AO DESCASO DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E OS IMPASSES IMPOSTOS AO PLENO DIREITO À CIDADANIA**

Carlos Eduardo de Oliveira Costa 118

**ACESSO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICO: ANÁLISE LEGAL E
JURISPRUDENCIAL DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO
REGIONAL SOB A PERSPECTIVA DA RACIONALIZAÇÃO JURÍDICA**

Jadson Sabino Santos

Camilly Christine Almeida de Azevedo Pantaleão Cordeiro

Anne Gabrielly Macedo Silva 136

GRUPO 2: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**A POSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO NEGOCIAL DO INVENTARIANTE NO
INVENTÁRIO JUDICIAL**

Gabriella Diniz Veloso 152

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS EM
FACE DA PRÁTICA DE LINCHAMENTO VIRTUAL POR PARTE DE SEUS
USUÁRIOS**

Camilly Christine Almeida de Azevedo Pantaleão Cordeiro

Anne Gabrielly Macedo Silva

Jadson Sabino Santos 172

**DO PROBLEMA AO PROCESSO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE A
PARTIR DO CASO BRASKEM E SEUS REFLEXOS NO ODS N.º 16**

Layse Bezerra Alencar 184

OS DESAFIOS JURÍDICOS DO RECONHECIMENTO DA DUPLA MATERNIDADE EM CASOS DE INSEMINAÇÃO CASEIRA

Fannyelaisa Alves de Oliveira Costa 203

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA DE IDENTIFICAÇÃO DA LITIGÂNCIA PREDATÓRIA

José Mateus da Silva Tenório 220

A FAZENDA ESTADUAL E A AUTOCOMPOSIÇÃO

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Christian Alex Pereira Costa 233

“JUSTIÇA EFETIVA”: UMA ALTERNATIVA AO CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL NO JUDICIÁRIO ALAGOANO

Marta Diana Lucindo Tenório 245

A GESTÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO TRATAMENTO ISONÔMICO AO JURISDICIONADO

Angélica Cristina Saphier dos Santos

Natalie Cristine de Santana Barbosa Farias 264

OS PRECEDENTES JUDICIAIS COMO FERRAMENTA DESEGURANÇA JURÍDICA E ECONOMIA DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Carlos Abrahão Maia Gomes de Moura 280

A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO E O SISTEMA MULTIPORTAS NO BRASIL: O PARADOXO ENTRE A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E A CONTINUIDADE DA INEFICIÊNCIA DOS MEIOS UTILIZADOS

Eduardo Soares 291

GRUPO 3: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

A MENÇÃO DO FATO CRIMINOSO NA PROCURAÇÃO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO PENAL PRIVADA: UMA DISCUSSÃO PELAS PERSPECTIVAS DO RÉU E DO OFENDIDO

Bruno Eloi Balbino

Eduardo Soares dos Santos

Martin Ramalho de Freitas Leão Rego..... 309

INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL: ANÁLISE QUANTO À CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO EM CASOS DE LEGÍTIMA DEFESA E ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Maria Victória Menezes de Mesquita

Hygor Basílio de Lima do Valle..... 297

GRUPO 4: ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA: AS NOVAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO. MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

A VIABILIDADE DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CAMPO JURÍDICO: BENEFÍCIOS E DESAFIOS ÉTICOS

Edinelli Conte Ribeiro de Oliveira

Maria Isadora Bomfim Paz..... 318

A VIABILIDADE DA ARBITRAGEM COMO MECANISMO DE DESCONGESTIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

Maísa Campos Bezerra

Mariana Wanderley Arraes 330

GRUPO 5: FILOSOFIA DO DIREITO E ÉTICA

AS DEMANDAS PREDATÓRIAS COMO FATOR DE VIOLAÇÃO ÉTICA AO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

Isabelle da Silva Mendes 347

LUTAS SOCIAIS DAS MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Aline de Fátima Silva Nunes

Angélica Cristina de Melo Bezerra

Maria Juliana Dionísio de Freitas 366

RESOLUÇÃO Nº 135/2011 DO CNJ: A BÚSSOLA ORIENTADORA DA ÉTICA PARA A MAGISTRATURA

Ivana Attanasio Andrade

Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro

Mariana Valente de Lima Mendonça Costa 380

**GÊNERO E JUSTIÇA: ANALISANDO A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
JUDICIÁRIO BRASILEIRO**

Maria Eduarda do Amaral Nunes

Aline de Fátima Silva Nunes 396